

A PLURA E A ABHR: HISTÓRIAS CRUZADAS — ENTREVISTA COM LYNDON DE ARAÚJO SANTOS

The Plura journal and the ABHR institution: intertwined stories – interview with Lyndon de Araújo Santos

Diego Omar da Silveira*

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Waldney de Souza Rodrigues Costa**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

DOI: 10.29327/256659.15.1-22



* Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e professor do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: diegomarhistoria@yahoo.com.br

** Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor e chefe do Departamento de Ciências da Religião da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: professordney@gmail.com

Lyndon de Araújo Santos foi, por dois mandatos (2006-2012), presidente da Associação Brasileira de História das Religiões – hoje Associação Brasileira para Pesquisa e História das Religiões (ABHR). E foi nesse período que a revista *Plura* foi criada. Somava-se, naquele contexto, aos eventos nacionais anuais e à coleção Estudos da ABHR, publicada pelas Paulinas. Um movimento que fez parte do próprio processo de consolidação dos estudos de religião como campo acadêmico autônomo e laico no Brasil, ao que se sucedeu o reconhecimento da área de Ciências da Religião e Teologia na Capes, em 2016.

Pesquisador protestante do protestantismo, nosso entrevistado viu e protagonizou de modo bastante vibrante todo o movimento do campo religioso brasileiro nas últimas décadas, o que, por sua vez, não pode ser desvinculado de como os estudiosos – compreendidos dentro de um grande arco interdisciplinar – refletiram sobre esse processo. Não se trata, é claro, apenas dos crescimento acentuado dos evangélicos, mas de como alguns seguimentos tornados hegemônicos passaram a interagir com a esfera pública e de como isso impôs novas agendas de investigação, outras possibilidades de reler as interações históricas entre os protestantismos e a cultura brasileira ou ainda os desafios atuais desse duplo engajamento – um mais ligado à pertença religiosa e outro às filiações acadêmicas.

Por isso nos pareceu tão interessante ouvi-lo nesse momento, quando a *Plura* completa 15 anos (até o final deste ano de comemorações, chegaremos aos 30 números publicados). E, como não podia deixar de ser, todos esses temas aparecem na entrevista, que reflete exemplarmente a bela trajetória de nossa revista, indicando inclusive os contextos difíceis que atravessamos, no qual muitos periódicos acadêmicos sucumbiram por falta de financiamento ou pessoal que pudesse se dedicar a esse trabalho nem sempre reconhecido. Também os desafios que pontuaram nossa história – não apenas aquele mais técnico de chegar a uma boa qualificação nas avaliações da Capes, mas o de ajudar a alavancar e visibilizar um conjunto de pesquisadores/as que deu (e têm dado) enorme contribuição para compreender os variados papéis desempenhados pelos agentes e instituições religiosas no Brasil.

Waldney Costa e Diego Omar: Segundo os registros da ABHR, foi na Assembleia Geral de 4 de maio de 2007, realizada em Viçosa (MG), durante o Simpósio Nacional realizado na UFV, que a plenária aprovou a criação de uma revista eletrônica. Você, como o presidente na época, poderia nos contar um pouco de como a Associação estava naquele momento?

Lyndon de Araújo Santos: A ABHR vinha de uma sequência de simpósios nacionais que a estruturaram institucionalmente como uma entidade de natureza acadêmica e laica, interdisciplinar e inclusiva. Desde 1999, quando foi fundada na UNESP de Assis (SP), a ABHR definiu uma dinâmica institucional baseada nas atividades dos grupos de pesquisa organizados, que tratavam de diferentes temáticas nos estudos das religiões e das religiosidades. Estes grupos de pesquisa estavam ligados às demandas de pesquisa de uma geração de pesquisadores e de pesquisadoras de distintas áreas do saber, que despontavam em universidades, departamentos e programas de pós-graduação que surgiam. Desse modo, a ABHR estava muito atrelada ao percurso individual e coletivo de pesquisadores/as que buscavam se consolidar no campo acadêmico, inseridos em programas de pós-graduação que despontavam.

Havia uma demanda também de se aprofundar os estudos sobre o fenômeno religioso a partir de perspectivas plurais, laicas, dialógicas e com bases epistemológicas que se deslocassem do enquadramento formal eclesiástico e cristão ocidental. As áreas da antropologia e da sociologia pressionavam positivamente para a aplicação de novas abordagens e metodologias, qualitativas e quantitativas, que dessem conta da dinâmica que o campo religioso brasileiro apresentava em suas contradições e experiências. A História das Religiões também sinalizava contribuir com novas abordagens que retomassem e questionassem as clássicas leituras eurocêntricas do religioso, embora ainda se partisse das premissas dos clássicos dos estudiosos da religião. Outros saberes se inseriram com liberdade de diálogo e leituras, como a psicologia da religião, a filosofia da religião e a teologia. Foi de fundamental importância a filiação da ABHR à IAHR que se deu no ano de 2001, no simpósio realizado em Recife, integrando-a num contexto internacional dos estudos sobre religião, um caminho que precisa ser retomado.

A ABHR definiu-se como um espaço em construção permanente, para além de uma entidade de conagração entre crenças e busca de caminhos para uma convivência pacífica entre os credos estabelecidos e, muito menos, atrelada e dependente de projetos pessoais e políticos. Ainda que a questão de um relacionamento fraterno, ecumênico e interreligioso entre as crenças subsistisse e se colocasse como fundamental numa sociedade onde crescia, como de fato cresceu, a intolerância religiosa, a ABHR assumiu-se como sendo de natureza acadêmica desde um distanciamento metodológico que era imprescindível, não sem ignorar as tensões e as expressões dos distintos sagrados em contatos e conflitos. O de-

bate em torno da laicidade do estado se tornaria central e a ABHR teve a sua contribuição, que também precisa ser recuperada. Em outras palavras, a própria ABHR já se apresenta como um objeto de estudo na forma como elaborou um dado olhar sobre o fenômeno religioso nas últimas décadas.

Havia uma limitação orçamentária com a qual a ABHR teve que lidar pois, basicamente, ela dependia das anuidades dos associados, as quais oscilavam muito e não garantiam com segurança a continuidade de seus projetos. O *jeito* ante essa inconstância era a captação de recursos por meio de editais da CAPES, CNPq e agências de fomento estaduais, as quais viabilizavam a realização de seus simpósios. Além de cobrirem custos com viagens e hospedagens de palestrantes, nos simpósios as inscrições geravam um certo recurso para continuar como instituição. Deste modo, a ABHR sobreviveu na sua primeira década de existência, muito ligada a pesquisadores/as que a construíram de modo altruísta e coletivo.

Waldney Costa e Diego Omar: E como surgiu a ideia de criar uma revista? Era uma vontade do presidente, um pedido dos membros, uma ideia dos professores que formaram a comissão responsável... Havia alguma revista que servia de inspiração? Poderia falar um pouco dessa origem?

Lyndon de Araújo Santos: Já havia um programa de apoio a publicações de obras que eram referendadas pela ABHR, como teses e dissertações defendidas por seus membros, quando o selo da ABHR era concedido, depois de uma avaliação feita por uma comissão de edição. Assim, importantes títulos foram publicados de forma independente por parte de membros com este selo. A partir de 2003, se não me engando, a Editora Paulinas começou a publicar a *Coleção ABHR* que ajudou a sedimentar a sua produção, com base nos simpósios realizados, ou seja, cada simpósio resultava numa edição da série. Os organizadores dos simpósios eram os organizadores da edição com a temática do simpósio.

Essa produção foi muito importante para dar visibilidade à associação e estimular a participação de mais pesquisadores/as. Entretanto, faltava uma outra via de escoamento de uma produção contida na forma de artigos, diante do cenário da época que não disponibilizava tantas revistas sobre a temática da religião. Por sua vez, os programas de pós-graduação em expansão na primeira década, impunham a necessidade da publicação de artigos por parte dos seus integrantes. Não há como ignorar, também, a destinação de recursos por parte do governo federal para a expansão das universidades públicas e dos programas de

pós-graduação, o que implicava no imperativo de mais publicações. Havia, portanto, uma demanda (tanto interna como externa) para a existência de uma revista que tratasse da religião e das religiosidades, na perspectiva interdisciplinar e laica, tal como era a trajetória da ABHR. Na assembleia da ABHR em Viçosa, 2007, foi apresentada por um grupo mais ligado pesquisadores da UFJF, da área da Ciência da Religião, a proposta da criação da Revista, cujo nome, *Plura*, expressava a caminhada da própria entidade. A assembleia foi unânime na aprovação da revista. A ata de 2 de maio de 2007 traz o seguinte registro: “O plenário também aprovou a criação de uma revista eletrônica da ABHR com o propósito de reunir os principais artigos dos seus membros e ser um espaço para desembocar a produção dos pesquisadores ligados à ABHR. Ficaram designados para a elaboração da proposta os professores Eduardo Gusmão de Quadros, Arnaldo Erico Huff Jr. e Carlos Ribeiro Caldas Filho, que deverão apresentar na próxima assembleia a proposta da revista”.

A relação que se estabeleceu a partir daí foi, sobretudo, de forma institucional entre os editores e as diretorias que apoiaram a continuidade das publicações, estimulando o envio de artigos. A *Plura* contribuiu decisivamente para a projeção da ABHR como entidade acadêmica dentro e fora do país. Penso que a *Plura* se constituiu como um periódico que alcançou uma dada autonomia, mas sem perder um vínculo atávico e institucional com a ABHR.

Waldney Costa e Diego Omar: Atualmente você está à frente da editoria de uma outra revista igualmente importante para o campo, que é a *Revista Brasileira de História das Religiões*, ligada ao GT Nacional da ANPUH sobre História das Religiões e Religiosidades. Como você avalia o papel dos periódicos nessa área hoje?

Lyndon de Araújo Santos: Vejo como fundamentais para, por um lado, o escoamento da intensa produção sobre religião e religiosidade no país e na América Latina, a partir das pesquisas em andamento nos âmbitos dos programas de pós-graduação. Por outro, existe a necessidade de o campo acadêmico socializar cada vez mais essas perspectivas e leituras sobre o sagrado, numa sociedade perpassada por tantas questões tensionadas, a exemplo da laicidade do estado, do racismo religioso e da intolerância religiosa. Os periódicos da área dos estudos do religioso, sejam em propostas e bases epistêmicas distintas, proporcionam análises e abordagens que precisam ser decifradas e decodificadas para o entendimento mais amplo por parte da sociedade e dos governos. Não cabe aos estudos das religiões dizerem

para essas religiões institucionalizadas o que elas devem fazer para uma convivência inter-religiosa ou ecumênica. Antes, apresentar para elas, para gestores públicos e para os adeptos, perspectivas e olhares, dados e informações, retratos e análises, que contribuam para a construção de vias democráticas de convivência respeitosa no espaço público e de um estado laico.

Outro papel desses periódicos estaria na superação de preconceitos e de reservas para com as pesquisas sobre religião que ainda subsistem no Brasil, legados de um positivismo (religião como um infantilismo) e de um marxismo (religião como alienação) instrumentalizados na academia, como epistemes negadoras e esvaziadoras da experiência religiosa e de suas dinâmicas sociais e culturais. Há que se registrar que artigos que tratam das religiões e religiosidades são publicados em revistas acadêmicas que não são especializadas na temática, indicando o quanto essa demanda é permanente.

Waldney Costa e Diego Omar: Um outro ponto que chama a atenção são, ao mesmo tempo, os intercâmbios entre diferentes instituições e a regionalização dos trabalhos – ou melhor a visibilidade crescente de trabalhos realizados em diferentes cantos do país. Dizemos isso porque vimos surgir nas duas últimas décadas não apenas a ABHR, mas também o GT da ANPUH, a ASCRM – que agora abarca toda a AL, além da ALER e de outras associações mais ligadas à Teologia ou às CR. Mas no mesmo percurso, a produção antes muito concentrada no centro-sul também se pluralizou... Como você lê esse processo.

Lyndon de Araújo Santos: Leio de forma positiva, pois a demanda social e cultural brasileira e latino-americana em suas experiências religiosas, ultrapassa a capacidade da gente, pesquisadores/as, e de nossos centros de pesquisa, em dar conta dos seus intensos processos históricos e sociais de mudanças e de reconfigurações. Ademais, o fenômeno religioso se impõe como interconectado em sua historicidade, pois, seja numa vila no interior do Chile ou numa grande cidade com suas periferias no Brasil ou no México, o fenômeno religioso precisa cada vez mais ser olhado de forma conectada com outras expressões em outros lugares, com suas nomeações, sujeitos e experiências.

As mídias sociais trouxeram a possibilidade de se atravessar fronteiras até então imaginadas fixas e cerradas, para a compreensão dos sagrados em suas variedades de formas,

as quais apresentam semelhanças e diferenças onde quer que se manifestem social e culturalmente. Assim, as entidades acadêmicas que surgem, embora sejam históricas e datadas, algumas até com prazo de validade vencido em suas propostas originais, precisam surgir e se intercambiarem em seus saberes e produções. Isto ocorre de forma *natural* quando os/as próprios/as pesquisadores/as são os/as que circulam nestas diferentes associações de pesquisa, estabelecendo diálogos e a permuta de conhecimentos. Interessa para qualquer pesquisador/a do religioso no Maranhão, por exemplo, o que está acontecendo com as religiosidades caribenhas e as possíveis ligações e relações que aquela região do norte/nordeste do país tem com as expressões religiosas da América Central, a partir do fato de que as religiões ou as espiritualidades africanas foram historicamente uma experiência coletiva migratória, desde a África, para as américas e os brasis.

A descentralização da produção acadêmica sobre o religioso do centro-sul do Brasil trouxe e ainda trará outros olhares e compreensões de dinâmicas que escapam de uma concentração acadêmica privilegiada numa dada região do país. O surgimento de universidades e centros de pesquisa em estados fora do eixo centro-sul força e proporciona outros olhares de experiências religiosas outrora consideradas “periféricas” e secundárias, isto porque situadas numa região geográfica sem expressão econômica e política. As associações de pesquisa precisam, portanto, criar as condições para que os saberes e os conhecimentos destes lugares sejam colocados no mesmo patamar de importância e de legitimidade. Há pesquisas em andamento no Norte e no Nordeste brasileiro que estão dando essa visibilidade das suas dinâmicas religiosas contemporâneas, estando conectadas a outras regiões. Este material precisa circular em outros centros de pesquisa no país, na América Latina e Central, também na África.

Waldney Costa e Diego Omar: Você é um reconhecido pesquisador do protestantismo. E como sabemos não apenas o campo religioso protestante/evangélico tem vivido um clima de ebulição, com rápidas e importantes transformações, mas também os estudos nessa área. Gostaríamos que nos desse a sua compreensão desse debate.

Lyndon de Araújo Santos: O campo religioso brasileiro sempre foi dinâmico em suas expressões e singularidades, predominantemente cristão e atravessado por sincretismos e hibridismos. O segmento protestante evangélico deixou de ser estranho e enquistado para se tornar um contingente numérico de maior relevância e influência.

Outrora com uma linguagem voltada para dentro, desde os seus projetos expansionistas e proselitistas, e com uma relativa, embora tímida, presença no espaço público, alçaram ou, senão, conquistaram mais espaços e posições de destaque nas últimas décadas. Essa linguagem ultrapassou as fronteiras discursivas demarcadas pelos seus códigos doutrinários e morais e, agora, ocupa os espaços das mídias, dos palanques políticos, das redes sociais. O segmento evangélico se tornou protagonista na última década no campo político, por apresentar um potencial oriundo do seu crescimento e expansão, na medida em que construiu um capital com base e força suficientes para negociar seus interesses. Essa mudança impactou a sociedade porque assumiu contornos de intolerância e de agressões, sobretudo durante o período de 2016 a 2022, um ciclo que precisa ser mais bem estudado e analisado, embora com prolongamentos ainda hoje.

Dentre outras temáticas e objetos, tenho pesquisado o fundamentalismo evangélico desde a sua origem no contexto estadunidense até a sua globalização no pós segunda guerra, e os caminhos pelos quais se tornou hegemônico no contexto evangélico brasileiro e latino-americano. Penso que a compreensão de parte do que está acontecendo com o mundo evangélico passa pela construção de uma hegemonia histórica e cultural de uma dada forma religiosa de cristianismo protestante. Trata-se do predomínio de um conjunto de narrativas com seus códigos e gramáticas que se universalizaram com dada força simbólica e política, mas que apresentam fissuras, contradições, descontinuidades e fragilidades, as quais são compensadas com palavras de ordem, perseguições, violências, vigilâncias e cerceamentos, ataques e reações intempestivas.

Enquanto conjunto de atitudes que carregam dogmatismos, intolerâncias, negacionismos e literalismos, o fundamentalismo não se alimenta somente de si mesmo ou de seus próprios recursos narrativos, mas das conjunturas políticas e ideológicas que proporcionam as condições para a sua ingerência no espaço público. Não há fundamentalismo sem fundamentalistas e suas instituições, organizações e entidades eclesiais e não-eclesiais,

bem como sem recursos financeiros para mobilizá-lo. Daí ser necessário analisar essas entidades e instituições, assim como seus porta-vozes com seus pertencimentos e redes de relacionamentos e interesses. O fundamentalismo tem nomes e endereços que seguem/obedecem a orientações que surgem de núcleos pensantes e estratégicos de ações e de discursos, e que se valem da tecnologia da informação para disseminar suas ideias e valores.

Num contexto de retrocesso democrático ou de antidemocracia, de ascensão política de lideranças conservadoras e até da formação de uma frente evangélica aliada a outras frentes reacionárias, esse fundamentalismo se vê empoderado para expor e impor suas ideias em outras esferas e espaços fora dos cercadinhos religiosos e eclesiásticos. Não está descolado, portanto, das linhas de transmissão do político e do econômico que impõem suas visões de mundo e políticas para a totalidade, mas que representam interesses particulares e privados. Os estudos tendem a tratar o fundamentalismo como um conceito que taxa a realidade como tal, no entanto, sua instrumentalização enquanto tal não decifra de todo as relações estabelecidas entre discursos, atitudes e posturas e os sujeitos com seus pertencimentos e interesses. Por conta dessa mobilização nos estratos dirigentes políticos e religiosos em suas lideranças, tais como *influencers*, pastores e políticos, acontecem nos extremos do cotidiano cenas de violências e de agressões físicas e simbólicas a pessoas de outras crenças e a espaços sagrados como os terreiros de cultos afro-brasileiros.

Mas é preciso sempre pensar a contrapelo quando uma dada visão ou narrativa se consagra como hegemônica, ao se projetar, por exemplo, uma leitura uniforme sobre os evangélicos. Isto vale tanto para se pensar os evangélicos como reacionários e conservadores, intolerantes e fundamentalistas, em sua totalidade, como também perceber, como já dito antes, as contradições internas desse complexo universo religioso que se constituiu a partir de teologias, como a da prosperidade, da batalha espiritual, do domínio, do neocalvinismo.

Por sua vez, os segmentos progressistas e de centro, moderados, com seus engajamentos, discursos e vivências precisam ser mais bem dimensionados na análise sobre os evangélicos. Ademais, a base mais popular, negra, feminina, periférica e plural desse segmento religioso se impõe como contingente invisibilizado nas pesquisas, em sua maioria. Análises como a de Jessé Sousa, em *A ralé brasileira*, quando descreve as experiências das periferias e como as religiosidades são acionadas num contexto de precarização extremas

das condições dignas de vida, apontam caminhos para o aprofundamento e a leitura mais sofisticada sobre essas religiosidades periféricas e suas vivências, tornando-as sujeito de suas experiências e compreensões de mundo, mediadas pelas noções do sagrado.

Waldney Costa e Diego Omar: Há uma velha questão, mas que sempre se renova, que é o desafio de “objetivar as pertencas religiosas”, como sugeria Pierre Bourdieu. Esse equilíbrio, no caso dos pesquisadores protestantes/evangélicos tem sido mais dificultado ultimamente, quando a pressão de várias igrejas no espaço público chega a constranger certos pesquisadores julgados heterodoxos demais para os padrões neoconservadores vigentes?

Lyndon de Araújo Santos: As reservas e os preconceitos para com pesquisadores/as e cientistas sociais se dão, invariavelmente, em espaços sociais que os/as veem como ameaças. O avanço das posturas e dos pensamentos negacionistas incidem na recusa de um saber crítico que traga incertezas às verdades e dogmatismos. Trata-se, também, de uma disputa de narrativas na concorrência dentro do campo religioso e político. Outrora, essas narrativas corriam, embora sem a atitude de negação e de eliminação do outro; agora, a partir de um certo momento, a lógica da eliminação do outro começou a prevalecer. E esse é um dado “novo” nesse campo de disputas que acaba sendo acirrado como uma guerrilha digital.

As dificuldades para pesquisadores/as para efetuarem suas pesquisas sempre se deram, mas, hoje, com mais componentes oriundos do endurecimento das disposições ante os saberes, a ciência, etc. – produtos do negacionismo em voga também. Por sua vez, essas atitudes de recusa e de constrangimento, em si mesmas, incorrem como parte do processo da própria pesquisa que precisam ser incorporadas no âmbito da investigação. No caso do contexto protestante evangélico, com suas posturas neoconservadoras e neofundamentalistas, há que se levar em conta a dificuldade geral ante a linguagem acadêmica que pouco penetra no cotidiano das vivências e que é tratada como opaca e ameaçadora.

Waldney Costa e Diego Omar: Por fim, quais você julga que são nossos principais desafios – o das revistas na área dos estudos de religião? Desafios de produção e circulação do conhecimento, de relação com nossos públicos leitores e com as universidades...

Lyndon de Araújo Santos: Em primeiro lugar, a internacionalização por meio dos intercâmbios com outros centros e publicação de autores de fora do país. Mais do que inscrever-se

em indexadores internacionais, as revistas precisam fazer circular suas publicações em redes continentais. Em segundo, a busca da excelência e da regularidade das publicações sem perder a identidade como revistas situadas desde o Brasil e a América Latina. Para isso, criar estruturas de trabalho com editores/as e com profissionais qualificados que aprimorem os números lançados, desde revisores, designers e tradutores. Mas, para isso, são necessários recursos.

Em terceiro, popularizar o acesso das revistas por meio das mídias digitais (*Facebook*, *Instagram* e outras), aproximando as temáticas analisadas do público mais amplo e disseminando um saber sobre o sagrado para diferentes espaços e grupos sociais. Em quarto lugar, uma atuação conjunta das revistas da área das religiões junto à CAPES e outros órgãos de fomento, por meio de um grupo de diálogo/trabalho, com vistas à demanda de recursos permanentes para a publicação dos seus números. Aqui entram as associações acadêmicas e programas de pós-graduação com sua força institucional junto aos órgãos de fomento, representando as expectativas das *revistas de religião*. No entanto, é imperativo acompanhar criticamente a pressão quanto ao produtivismo e à mercadologização da produção acadêmica, como riscos reais para a socialização de saberes que interessam à totalidade da sociedade.

Por fim, estimular as perspectivas da decolonialidade e da conectividade como norteadoras das publicações sobre o sagrado religioso, privilegiando-as especificamente essas chaves nos dossiês e nas chamadas temáticas. Por um lado, o olhar descentralizado e não eurocêntrico das experiências religiosas, deslocando as abordagens subordinadas a uma racionalidade ocidental consagrada e fazendo um confronto com outras racionalidades. Por outro, contemplar a escrita analítica da religião com metodologias que acionem mais comparações, interconexões e relações entre diferentes dinâmicas religiosas em diferentes lugares e temporalidades.

Recebida em 20/05/2024

Aceita para publicação em 29/05/2024